

EM ASSEMBLEIA

Trabalhadores aprovam contraproposta da DESO e fecham o ACT de 2021/2023

Com a presença de pouco mais de 60 trabalhadores e trabalhadoras da capital e do interior, a Assembleia Geral do último sábado, 27/11, avaliou a contraproposta enviada pela DESO. Após os informes passados pelo presidente do SINDISAN, Silvio Sá, foi colocada a contraproposta da Companhia para apreciação e votação, com a maioria dos presentes aprovando a mesma.

Houve importantes avanços, como o aumento no cartão alimentação superior ao valor do INPC acumulado do período, ficando em R\$ 1.450,00, com recarga completa no mês de aniversário do trabalhador; além do percentual total do índice citado sobre a rubrica Programa Alimentação, sendo que esta passará a ser somada ao salário-base para fins de cálculo do anuênio.

A empresa alegou ter chegado ao limite de concessões e, em tom intimidador, informou que, não havendo a aprovação da contraproposta apresentada para o ACT 2021/2023, as negociações se iniciariam do zero.

É preciso lembrar que houve uma avaliação da conjuntura, importante para toda e qualquer negociação. Portanto, não foi a ideia de começar do zero que levou à aprovação do acordo, mas a manutenção dos direitos e conquistas, além dos avanços.

Na comparação com as negociações de outros órgãos e categorias, a DESO ofereceu a metade do INPC do período e sinalizou o interesse em manter a negociação das demais cláusulas. Não obstante, é preciso lembrar que a reposição da inflação no período não deveria ser alvo de negociação, embora seja um parâmetro. Todavia, é importante ressaltar que, como o ACT é de dois anos, em 2022 está garantido o INPC em todas as cláusulas econômicas.

No entanto, ao final, há que se reconhecer que houve avanços e parabenizamos a categoria por, mais uma vez, fazer uma negociação democrática e inteligente, com a prevalência dos interesses coletivos.



▲ Respeitando todos os protocolos sanitários, participação da categoria na assembleia foi boa

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Sergipe – SINDISAN, em conformidade com o seu Estatuto, convoca todos os trabalhadores da COHIDRO **associados ao sindicato** para a **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada nas **unidades da Companhia, nos locais, datas e horários respectivos indicados abaixo**, em 1ª convocação com a presença de 50% ou em 2ª, meia hora após, com qualquer número, para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

1. Informes;
2. Proposta de Incorporação;
3. Construção da Pauta do Acordo Coletivo de Trabalho 2022.

LOCAIS, DATAS E HORÁRIOS:

- ▶ **Aracaju:** 13 de dezembro de 2021, na Sede da Companhia, às 08h00;
- ▶ **Canindé de São Francisco:** 14 de dezembro de 2021, na Sede do Perímetro Irrigado Califórnia, às 10h00.
- ▶ **Lagarto:** trabalhadores dos Perímetros Irrigado Piauí e Jabiberi, 15 de dezembro de 2021, na Sede do Perímetro Irrigado Piauí, às 09h00;
- ▶ **Itabaiana:** trabalhadores dos Perímetros Irrigado Ribeira, Jacarecica I e II, 16 de dezembro de 2021, na Sede do SINTESE (Rua José Rufino de Santana, 146 – Bairro Marianga), às 08h00.

Aracaju (SE), 02 de dezembro de 2021.

Silvio Ricardo de Sá
Presidente do Sindisan

ACORDO COLETIVO

Reunião no SAAE de Capela finaliza com proposta de reajuste de 15%

No último dia 23/11, dirigentes do SINDISAN, acompanhados do representante sindical, o companheiro Adriano da Silva, reuniu-se com a direção do SAAE de Capela, representada pelo diretor presidente Paulo Cardoso Souza Neto e o diretor Administrativo Edson Alemão, para discutir o Acordo Coletivo de Trabalho de 2022 da categoria, que ficou dois anos sem reajuste salarial, justificando pela administração da autarquia como consequência da pandemia do coronavírus.

Baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2020, que registrou 2,34%, e o de 2021, que ficou em 9,22%, a direção do SAAE da Capela apresentou a proposta de 15% de reajuste para os trabalhadores a partir do mês de fevereiro próximo, ficando a garantia de que em 2022 serão iniciadas as discussões para rever o Acordo Coletivo e as perdas da categoria.

No mesmo dia 23, a gestão da autarquia realizou os exames periódicos dos seus trabalhadores, numa demonstração de compromisso com a sa-

úde desses servidores. Afinal de contas, o maior patrimônio do SAAE são os seus trabalhadores e trabalhadoras, que devem ser sempre valorizados.



▲ O diálogo e as negociações com a direção do SAAE foram produtivos e com avanços

SAAE de Estância completa 54 anos

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Estância completou 54 anos de serviços prestados à população estanciana no último dia 29 de novembro, e a data foi celebrada na Câmara Municipal, com presenças do prefeito Gilson Andrade, de vereadores, da direção da autarquia, de seus trabalhadores e de representantes do SINDISAN.

Foram vários os discursos enaltecendo os bons serviços prestados pelos trabalhadores do SAAE e da sua importância para a população. Em números atuais, o SAAE de Estância contabiliza 23 mil ligações, sendo 15 mil com hidrômetros e cerca de 8 mil sem hidrômetros, mas ainda coexistem com as muitas ligações clandestinas e as sem cadastro.

CONQUISTAS

É sempre bom lembrar aos companheiros trabalhadores do SAAE de Estância que nos últimos 10 anos a luta conjunta da categoria com o SINDISAN levou a conquistas importantes, nas negociações dos acordos coletivos e, também, em ações judiciais movidas pelo sindicato.

Entre as conquistas presentes no atual Acordo Coletivo de Trabalho temos o Cartão Alimentação, o Adicional de Risco para os leituristas, reposição salarial pelo INPC, entre outras. Também foi conseguido um reajuste de 20%, em 2012, garantindo a reposição das perdas dos anos em que o superintendente do SAAE era Everaldo da Silva.

Se alguém duvidar, é só entrar no site do Ministério do Trabalho e Emprego e pesquisar o registro do ACT.

Parabéns ao SAAE de Estância pelos seus 54 anos de serviços prestados à população estanciana e, em especial, parabéns àqueles que são o seu maior patrimônio: os trabalhadores e trabalhadoras!

Foto: Divulgação/CME



▲ Solenidade de aniversário do SAAE aconteceu na Câmara Municipal

DESCASO

ETA Japoatã está totalmente abandonada

Não são de agora as reclamações dos trabalhadores em relação ao estado de abandono em que se encontra a Estação de Tratamento de Água de Japoatã. Além da ausência de muro, que deixa o trabalhador lotado ali totalmente vulnerável, o local está com o espaço de circulação totalmente irregular por conta da manutenção dos filtros.

Outro agravante é a iluminação ina-

dequada que dificulta o trabalho à noite e expõe o operador a riscos, tanto de assalto como de acidentes e de ataque de animais peçonhentos.

A DESO precisa fazer uma avaliação de todas as Estações de Tratamento de Água no estado para garantir o efetivo funcionamento destas e as condições necessárias para que o trabalhador desenvolva as suas atividades a contento.



▲ Situação de abandono da ETA de Japoatã já vem de longa data e precisa de solução

Na ETA do Prata, em Japoatã, uma simples porta aguarda por troca há quase um ano



■ Tem coisas que são inexplicáveis ou, até certo ponto, inadmissíveis numa empresa do porte da DESO. A imagem acima é de uma porta da ETA do Prata, em Japarutuba, e as fotos foram tiradas no início deste ano. Segundo informações que chegaram ao sindicato, a situação continua a mesma, senão pior! Uma única porta!!! E olha que a Companhia apresentou superávit em suas contas!

LUTA

Sábado tem ato das mulheres contra fome e o machismo

Em defesa da vida, contra a fome e contra todos os tipos de violência machista, mulheres trabalhadoras de Sergipe, organizadas no movimento sindical e nos movimentos sociais, vão ocupar a Praça dos Mercados no Centro de Aracaju, no próximo sábado, dia 4 de dezembro, das 9h às 11h da manhã, para gritar: Fora Bolsonaro!

Durante a manifestação serão arrecadados absorventes e alimentos para serem doados às mulheres em condição de vulnerabilidade social. A Plenária de organização do protesto aconteceu no dia 27/11.

FOME E MACHISMO

A população brasileira foi jogada de volta ao Mapa da Fome por este governo desumano e as mulheres de todo o País vem sofrendo diariamente os efeitos do desemprego, do preço alto dos alimentos, do preço do gás de cozinha e da carestia em geral que resulta na falta de comida na mesa. Bolsonaro é o responsável por esta política econômica insensível e que gera mais fome e desigualdade no Brasil.

O assassinato de mulheres cresceu na pandemia, assim como todos os tipos de agressões físicas, sexuais e violência doméstica. O conservadorismo e a cultura machista autorizam toda violência e assassinatos de mulheres diariamente.

O projeto político desumano e machista do governo Bolsonaro e de outros governos de direita reforçam preconceitos e a violência cotidiana contra a mulher brasileira. Por isso, o dia 4 de dezembro vai levantar a bandeira feminista de luta pela derrota do machismo na política, responsável por perpetuar a desigualdade de gêneros e negar oportunidades de vida decente, sem violência, às mulheres.

CELEBRAÇÃO

FNU 70 anos: união e resistência pelos direitos de hoje e amanhã

Há 70 anos, no dia 20 de novembro de 1951, era fundada a Federação Nacional dos Urbanitários – FNU. De lá pra cá, os trabalhadores(as) do ramo – setores de energia elétrica, saneamento, gás e meio ambiente – fizeram história, enfrentaram a ditadura militar e lutaram – muito – pela ampliação dos direitos trabalhistas, por democracia e justiça social.

A história da entidade e de suas principais lideranças faz parte dos principais desafios e conquistas da classe trabalhadora em todo o país.

Em 1990, a FNU se filia à Central Única dos Trabalhadores – CUT – e começa a liderar, juntamente com os sindicatos, a luta contra a privatização das empresas de saneamento e do setor elétrico, que perpassou os governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso e continua ainda mais forte hoje no governo de Jair Bolsonaro. A FNU tem lutado lado a lado com seus sindicatos contra a política neoliberal atual, que retira direitos básicos da população, inclusive com a destruição da CLT.

Reajuste salarial, manutenção dos direitos, questões de segurança no local de tra-

balho, plano de cargos e salários, Programa de Participação nos Resultados (PPR), vale-alimentação são apenas alguns exemplos de pautas coletivas defendidas. Mas a luta vai mais muito além. Ela é incansável pela manutenção e criação de postos de trabalho, e a crescimento da renda do trabalhador(a).

As decisões tomadas pelos governantes também afetam, e muito, a vida do trabalhador(a) urbanitário(a). Por isso, a Federação sempre esteve junto as principais mobilizações, greves e ações efetivas na tentativa de barrar os retrocessos trabalhistas – que tanto têm prejudicado a classe trabalhadora.

Uma entidade sindical não é formada apenas pelos seus dirigentes, muito pelo contrário, o que dá forças à luta sindical são os milhares de trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte do ramo. São eles(as), unidos(as) com seus representantes, que mudam os rumos não somente de uma negociação salarial, mas também os rumos do país.

Parabéns a todos e todas que fizeram e fazem parte dessa história: respeito ao aprendizado do passado, união e resistên-



cia no presente pelos direitos do amanhã!

Desde o final de 2020, a FNU iniciou o processo de transição para se fundir, em futuro próximo e de forma definitiva, à CNU – Confederação Nacional dos Urbanitários. A CNU dará sequência a essa história de 70 anos de lutas e conquistas dos trabalhadores(as) urbanitários(as)!

NO SUPREMO

Ministro Luiz Fux vota pela constitucionalidade do Novo Marco do Saneamento. Julgamento prossegue

O STF – Supremo Tribunal Federal – deu sequência, na última quinta-feira (25/11), ao julgamento das ADIs – Ação Direta de Inconstitucionalidade – sobre a lei 14.026/20, mas a sessão foi suspensa e deverá ser retomada na semana entre 29/11 e 3/12.

Na quinta, 25, apenas o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, relator, votou por improcedência das quatro ADIs em julgamento. O julgamen-

to será retomado com o voto do ministro Nunes Marques.

No primeiro dia de julgamento (24), os ministros ouviram as sustentações orais dos advogados das partes envolvidas na discussão. O assessor jurídico da FNU/CNU, Dr. Luiz Alberto Rocha, foi um dos advogados que fizeram a sustentação oral. Ao questionar pontos da norma no STF, ele argumentou que as regras induzem empresas privadas de saneamento e

fornecimento de água a participarem de licitações em locais onde as estatais que realizam os serviços não apresentam prejuízos, deixando as companhias deficitárias sob a responsabilidade de estados e municípios, e essa medida pode penalizar a população pobre e criar um monopólio no setor.

Mais informações sobre este julgamento estarão no site do STF e também no site da Federação Nacional dos Urbanitários.